

Em uma reunião bem diferente da longa discussão de 12/9, o Conselho Universitário homologou na quinta-feira, 20/9, a lista tríplice dos professores que concorreram às eleições para a reitoria da PUC-SP. A reunião durou menos de 15 minutos, ao contrário das cinco horas da semana anterior, e foi marcada pela presença diminuta de professores conselheiros, alcançando-se o quorum depois de quase uma hora de atraso.

O relator da questão, professor Helio Deliberador, pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, leu seu parecer encaminhando pela aprovação do resultado das eleições para reitor.

Pelo estatuto da PUC-SP, cabe ao cardeal Dom Odilo Scherer escolher o futuro reitor a partir de uma lista tríplice com os três candidatos mais votados do pleito. O Conselho de Cultura e Relações Comunitárias, Ceccom, ao discutir a questão, determinou que a lista apresentada ao cardeal

CONSUN HOMOLOGA LISTA TRÍPLICE DAS ELEIÇÕES PARA A REITORIA

RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES

Candidatos	Votos ponderados	%
Dirceu de Mello <i>Marcela Peçanha</i>	8.382,97	38,21
Francisco Serralvo <i>Ana Bock</i>	6.785,59	30,93
Anna Maria Cintra <i>José Eduardo Martinez</i>	6.641,61	30,27
Branco Ponderado	128,83	0,59

estivesse organizada exatamente na ordem em que os candidatos terminaram a eleição, demonstrando claramente o desejo da co-

munidade no sentido de que a escolha recaísse sobre aquele que foi o mais votado. Assim a lista tríplice foi composta com os nomes do

professor Dirceu de Mello, em primeiro lugar, Francisco Antonio Serralvo, em segundo e Anna Maria Marques Cintra, em terceiro.

Nos debates ocorridos no campus Monte Alegre, os candidatos reiteraram a sua posição de que não aceitariam a indicação do cardeal caso não fossem vencedores. Portanto a expectativa dos presentes à sessão do Consun era de que Dom Odilo escolha o professor Dirceu. Segundo o que o **PUCviva** apurou, a decisão poderá sair nos próximos dias uma vez que o cardeal irá viajar em breve e por isso mesmo pediu para que o processo fosse agilizado.

A Comissão Eleitoral apresentou também um quadro final das eleições com as proporções entre os três participantes. Nesta página reproduzimos parte deste levantamento (o restante já foi publicado em nossa edição anterior), além de publicarmos duas manifestações de concorrentes às eleições na página 2.

02/10

3ª feira

17h30 Sala da
APROPUC

REUNIÃO

DOS PROFESSORES

Tabelas salariais diferenciadas

Participantes avaliam processo eleitoral da PUC-SP

O PUCviva solicitou às chapas participantes da eleição da PUC-SP uma avaliação sobre o processo eleitoral. Recebemos as respostas da chapa A PUC Vale a Pena, da professora Anna Maria Marques Cintra e dos estudantes que lançaram a anticandidatura Florestan Fernandes. As chapas Autonomia e Excelência Universitárias, do professor Dirceu de Mello e Reconstruir a PUC-SP, do professor Francisco Serralvo, preferiram manifestar-se em outra oportunidade.

Chapa A PUC Vale a Pena analisa o processo eleitoral

A PUC-SP saiu dividida das eleições: nós vencemos entre os professores; Serralvo entre os estudantes; Dirceu entre os funcionários e na soma ponderada dos votos dos três segmentos. A condução do processo eleitoral foi inadequada, suscitou muitos questionamentos e deixou um rastro de dúvidas em boa parte da comunidade universitária.

Em nosso ver, se algo de bom houve nessas eleições, foi a exposição pública de uma condição interna bastante esgarçada; condição antes percebida aqui e ali, por uns e outros, mas não trazida à luz do debate universitário. Entre possíveis posições, muitos vão continuar não percebendo tal esgarçamento, porque o envolvimento com a universidade é pequeno ou inexistente: a PUC-SP lhes toca pouco. Outros darão de ombros ou serão apenas cínicos em face da gravidade da situação; esses são aqueles que, em vários casos (não em todos) e de

algum modo, tiram proveito desse estado de coisas, nele escondendo, às vezes, mediocridade, desqualificação e defesa de interesses pessoais e corporativos pouco nobres.

No entanto, para alguns (esperamos que não sejam poucos) tal situação pede reavaliação de ações, interlocuções e posições (políticas, institucionais, acadêmicas...); pede invenção de possíveis: ativar a capacidade de começar outra vez, para arquitetar rigorosos e vigorosos laços acadêmicos e comunitários, capazes de fazer a PUC-SP ser, de novo, uma universidade de verdade, que valha a pena.

Sendo assim, será imperativo que a próxima gestão da reitoria assuma, de fato e com lucidez, o enorme desafio de criar condições para que a universidade refaça seus tecidos acadêmico, comunitário e administrativo.

Chapa A PUC VALE A PENA

Balanco das eleições pela chapa Florestan para Reitor

Primeiramente gostaríamos de agradecer a todos os cerca de 150 votos confiados a nós, pois é sempre muito bom saber que ainda há pessoas dispostas a ter uma posição crítica perante a situação de nossa universidade, fazendo assim resistência contra a precarização e mercantilização de seu ensino.

Em nossa avaliação, o processo eleitoral não se deu para muito além do esperado. A atuação dos candidatos se limitou ao que já se sabia, ou seja, "mais do mesmo", mais da mesma "ladainha". O maior susto para nós foi em relação ao debate político (sim, acreditamos que em eleições para a reitoria o debate deve ser político e não burocrático-administrativo) que se deu num nível totalmente rebaixado, um mero disputismo entre projetos de gestão para a Empresa-PUC e também à total indiferença da comunidade perante a isso. Outro ponto que vale ressaltar é a atuação muito mais explícita da figura da Fundação São Paulo no processo, lançando, inclusive, candidatura através

da chapa "A PUC Vale a Pena", encabeçada pela professora Anna Cintra.

Nesse sentido, queremos deixar claro o objetivo pelo qual lançamos a anticandidatura de Florestan Fernandes. Não queremos iludir estudantes de que é possível ganhar essas eleições extremamente tendenciosas. A chapa "Sejamos realistas, exijamos uma PUC-SP impossível" é um chamado a todos e a todas para juntos construirmos uma universidade verdadeiramente democrática e comunitária, que ofereça uma educação de qualidade, presencial, humana, emancipadora, laica, crítica e reflexiva. Uma universidade que se aproxime do que todos os reitores antes de Maura Veras e Dirceu de Mello defendiam, pública, mas não-estatal. Convidamos todos a ocupar a política da PUC-SP, em Centros Acadêmicos e em Coletivos, e também a participar do Fórum de Esquerda da PUC-SP: <https://www.facebook.com/groups/472595762774852/>. Nosso movimento não morrerá enquanto houver aqueles que ousam sonhar.

22/9/1977



ARQUIVO DCI/PUC-SP

Estudantes são conduzidos para prisão durante invasão pela polícia do campus Monte Alegre em 1977

35 ANOS DE INVASÃO DA PUC-SP

Há 35 anos acontecia no campus Monte Alegre um dos episódios mais emblemáticos e truculentos da história da ditadura militar brasileira: tropas comandadas pelo coronel Erasmo Dias, então Secretário da Segurança do Estado de São Paulo, invadiram o campus da PUC-SP para reprimir o III Encontro Nacional dos Estudantes, com a proposta de refundar a então clandestina União Nacional dos Estudantes.

O episódio foi caracterizado pela extrema violência da tropa policial que deixou vários estudantes feridos e centenas de manifestantes presos. A então reitora da PUC-SP, professora Nadir Kfourí, enfrentou, com o dedo em riste o coronel Erasmo Dias, fazendo valer naquele momento a autonomia universitária de uma das instituições de ensino que mais se posicionaram contra

o arbítrio e o autoritarismo dos militares. Digna de nota também foi a manifestação de Don Paulo Evaristo Arns, então Grão Chanceler da PUC-SP, que se posicionou de maneira firme contra a intervenção policial.

Ainda hoje vários professores e funcionários que sofreram a repressão policial da época continuam em atividade na universidade, e são testemunhas da resistência de militantes e cidadãos comuns que enfrentavam a ditadura militar.

OUTRAS INVASÕES

Ao relembrar os 10 anos de invasão, em 1987, os estudantes organizaram um evento lúdico, promovendo a chamada "invasão cultural" da universidade, quando um elefante percorreu todo o campus Monte Alegre. Na mesma data um grupo de alunos foi até o

gabinete do então deputado estadual Coronel Erasmo Dias, levando um cacho de bananas (alusão aos gorilas, como eram denominados os ditadores militares) e uma caixa de bombas de chocolate. O coronel reagiu prontamente afirmando que, como eles trouxeram bombas, ele retrucaria com balas de revólver e sacou ameaçadoramente o seu revólver da gaveta.

Porém, uma outra invasão, esta mais vergonhosa por ser coonestada pelos próprios gestores, ocorreu em 2007, pouco depois dos eventos que lembravam os 30 anos da primeira invasão. Um grupo de estudantes, durante a gestão da professora Maura Vêras, ocupou pacificamente a reitoria para protestar contra o encaminhamento que vinha sendo dado para a reorganização da universidade, o chamado redesenho institucional.

APROPUC, AFAPUC e diversos professores tentaram interceder para evitar um confronto. Porém a intolerância dos gestores fez com que a polícia fosse chamada, enquadrando e processando os estudantes presentes na sala da reitoria.

ATOS E DEBATES

Para relembrar e discutir o sentido das invasões de 1977 e 2007, o Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) organizou uma série de atividades que ocorreram no dia 21/9, defendendo a liberdade de expressão na PUC-SP e criticando toda forma de cerceamento dentro da universidade. Além de documentários, estavam previstos debates e atos pela liberdade de expressão na PUC-SP, que noticiaremos com maiores detalhes na próxima edição do *PUCviva*.

APROPUC comemora 36 anos

A Associação dos Professores da PUC-SP comemora, nesta quarta-feira, 26/9 seu 36º aniversário. Fundada em meio à ditadura militar, contando com o apoio da grande maioria dos professores, a APROPUC começa sua existência lutando pelo pagamento de salários atrasados dos docentes. A entidade iniciou uma luta junto à Justiça do Trabalho para que os professores pudessem receber o que a PUC-SP lhes devia.

Ao longo de sua história, a APROPUC teve um percurso pioneiro entre as associações docentes de todo o país, garantindo conquistas como o contrato por tempo e não hora-aula, a estabilidade no emprego, a licença paternidade, entre outras cláusulas que só seriam incorporadas aos acordos coletivos de trabalho dos professores brasileiros, anos mais tarde.

A APROPUC, a partir de 1993 investiu na comunicação comunitária e acadêmica, criando o jornal semanal **PUCviva**, a *Revista PUCviva* e a

Revista Cultura Crítica, que hoje, além das versões impressas, encontram-se hospedados no site da entidade, onde também podem ser encontrados vídeos das inúmeras atividades políticas e acadêmicas organizadas pela associação.

Hoje, em um momento difícil para todo o corpo docente, quando a situação financeira da universidade faz com que os salários sejam arrojados e a carga horária conquistada a duras penas esteja insuportável, a APROPUC continua lutando, organizando reuniões para discutir as tabelas diferenciadas, entrando com ações na Justiça do Trabalho para garantir o pagamento de dívidas históricas da universidade.

Por isso, assim como naquele já distante ano de 1976, quando os docentes se uniram em torno da defesa de seus direitos e formaram uma associação forte e combativa, hoje se torna necessária a participação do corpo docente, para mais do que nunca garantir condições dignas de trabalho e docência.

**PROFESSOR,
FORTALEÇA A SUA ENTIDADE!
PARTICIPE DE NOSSAS LUTAS!
ASSOCIE-SE À APROPUC**

APROPUC informa sobre o andamento do processo dos 7,66%

Caro Professor(a),

A Assessoria Jurídica da APROPUC-SP está acompanhando de perto o processo referente ao reajuste salarial de 2005 de 7,66%.

Estamos no aguardo da decisão da Desembargadora Relatora do processo, Dra. Rita Maria Silvestre, sobre o Embargo Declaratório oposto pela Fundação São Paulo.

Tão logo esta decisão seja tomada, chamaremos uma reunião (sede da APROPUC, Rua Bartira 407) de professores juntamente com o advogado do Sinpro-SP – Sindicato dos

Professores de São Paulo e a advogada da APROPUC-SP para informes e próximos passos da nossa reivindicação.

Diretoria da APROPUC

FALA COMUNIDADE

Sobre as eleições, os funcionários e a AFAPUC...

Fábio Mariano

"Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêm e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública", Hannah Arendt.

Tanto na vida pública, quanto na vida privada, as pessoas estão perdendo a postura, a elegância e a educação. Não sabe jogar aquele que desqualifica o adversário político e acusa sem provas. Não serve para a vida pública e nem para as relações privadas aquele que vende a consciência de maneira desmedida e ardilosa.

Foi assim, um verdadeiro desrespeito por parte do presidente da AFAPUC aos representantes dos funcionários do colegiado máximo da universidade - Consun e também àqueles que não participam de um órgão colegiado, mas estão na vida

pública da universidade. Em um momento em que se exige extrema parcimônia e que poderia se utilizar da qualidade de interlocutor privilegiado, ficou batendo palmas ao acinte que seria retirar direitos de cidadania de uma parcela da comunidade, em razão de um erro técnico, porque mais do que leis o que se discutia era a legitimidade e a forma que temos sido tratados aqui. Mais do que isso, cobrar a ação de conselheiros quando a própria associação tem sistematicamente se escusado a apresentar publicamente cobranças à direção desta universidade é incabível.

Funcionários denunciam perseguição em razão de filiação a uma ou outra chapa à reitoria. O que fez a Associação? Publicou uma nota no semanário *PUCviva*, e mais o quê? NADA!. Simplesmente repetiu esse mesmo comportamento de-

nunciado com os representantes dos funcionários no Consun. Acusou, perseguiu, desferiu injúrias.

Quando cobrou publicamente o plano de cargos e salários? NUNCA! Alegar que poucos vão a Assembleia é muito pouco. Como cobrar participação se a Associação sequer visita setores, agenda conversas Institucionais? Conversas de corredor não valem porque esse comportamento se compara a quem age nos bastidores e esse não é papel de uma Associação.

Cobrar infraestrutura? Exigir um parque tecnológico que nos permita trabalhar em condições? Ir até a SAE e outros setores saber como estão os funcionários da universidade e de que forma tem sido tratados? NUNCA!

Cobrar ações de política de pessoal, em especial, em razão dos inúmeros casos de licença médica que temos e os motivos? NUNCA!

Apegar-se ao passado, esquecer do presente e acusar o outro sem se permitir fazer a lição de casa não vale. Se contentar com portas abertas é muito pouco.

Não sou ressentido. Não choro lamúria do que foi ou do que poderia ter sido. Falo as claras porque nunca tive motivo pra sussurrar, mas em meu nome falo EU. Já fui diretor da Associação em tempos outros. Sai por discordâncias políticas mas nunca desrespeitei aqueles que estavam lá, embora a recíproca não seja verdadeira.

Falta criatividade, ações políticas e capacidade de se reinventar no jogo democrático da universidade. Fica a dica, afinal caberia a pergunta do velho poeta: "Quem construiu Tebas?".

Fábio Mariano é funcionário ADMINISTRATIVO da PUC-SP

Liderança indígena recebe prêmio Paulo Freire

A liderança indígena Guarani Kaiowá Valdelice Verón, recebeu, nos dias 20 e 21/9, no auditório do Anhembi, em São Paulo, o prêmio Paulo Freire, que está em sua segunda edição. A homenagem é concedida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) a pessoas que lutam pela promoção da democracia, pelo combate a desigualdade social e pela construção do bem comum.

Além de Valdelice, outras personalidades também foram homenageadas. Carlos Ayres Britto, Mino Carta, Paulo Vanuchi, Ariano Suassuna, Dom Pedro Casaldáliga e Kenarik Boujikian, entre outros, estão entre os defen-

sos de direitos humanos lembrados pelo prêmio Paulo Freire.

Na segunda-feira, 24/9, às 19h, está sendo organizado um ato-debate sobre a realidade indígena, na sala 333 do prédio novo da PUC-SP, com a presença de Valdelice Verón, que viu seu pai, o Cacique Ládio Verón, ser brutalmente assassinado em 2003 e, desde então, luta pela demarcação das terras Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul e demais direitos indígenas.

RETOMADA INDÍGENA

De 19 à 24/9, acontece na PUC-SP a semana de "Retomada Indígena - Povos

indígenas e o Estado brasileiro". A realização de mesas redondas, exposições artísticas, oficinas e a projeção vídeos fazem parte do calendário de atividades.

A intenção do evento é refletir a dura realidade a que estão submetidos os povos indígenas hoje no Brasil, tanto no campo como na cidade, e o papel do Estado brasileiro na garantia ou no desrespeito aos direitos indígenas conquistados na Constituição Federal.

Entre os convidados para participar dos debates estão o Ministério Público Federal, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o movimento contra barragens

(MAB) e professores da PUC-SP, além de indígenas originários de diferentes nações brasileiras.

Ao longo da programação há ainda exibição de vídeos, como "Hidrelétrica Tucuruí - 30 anos depois", e realização de oficinas, a exemplo de "Como trabalhar a questão indígena em sala de aula".

A semana é organizada pelo Projeto Pindorama, Museu da Cultura da PUC-SP e CIMI, e conta com o apoio da comissão pró-índio de São Paulo e da União Européia. Para acessar a programação completa, entre no link: <http://www.projetopindorama.com.br/wp-content/uploads/web-retomada2.jpg>

GAUCHE NA VIDA

Lei de greve para o funcionalismo público: o ovo da serpente

Mauro Iasi

O governo da presidente Dilma, acossado e sem resposta ao funcionalismo público e greve, resolveu tirar do armário o arsenal de projetos de lei que limitam o direito de greve.

Quando realizávamos os debates na época da elaboração da atual constituição, um jurista renomado aconselhava aos sindicalistas que a melhor redação era: "a greve é um direito". Alertava-nos que qualquer detalhamento ou normatização seria, via de regra, uma manifestação dos interesses de cercear e limitar este direito e nunca viria em favor dos trabalhadores. Parece que tal conselho segue sábio e útil.

O que se alega é a necessidade de "disciplinar", "normatizar" a utilização do recurso da greve em nome de defender os interesses da "sociedade", daí os dispositivos indicados de restringir tal utilização em setores estratégicos, garantir o funcionamento mínimo de serviços essenciais, limitação do exercício do direito em "épocas de eventos internacionais", a garantia de medidas de punição, como corte de ponto e substituição de servidores.

Em primeiro lugar, é preciso que se diga que tais medidas, por trás do manto enganoso e ideológico da suposta "defesa da sociedade", visam defender o governo e por trás dele os interesses de classe que representa da reação dos funcionários públicos à desastrosa política implementada de reforma do Estado e de desmonte de serviços públicos. A onda de greves que vivenciamos tem suas raízes não na intolerância de funcionários dispostos a abusar do direito de greve para garantir mesquinhos interesses corporativos, pelo contrário, é a reação esperada de um setor

que em sua maioria (guardadas honradas exceções) deu um voto de confiança ao governo e foi ludibriado.

A raiz das greves que apresentamos pode ser encontrada no adiamento injustificável do estabelecimento de uma data base para o funcionalismo, no não cumprimento da promessa de reajustes anuais que corrigiriam a inflação e do fracasso da mesa permanente de negociação que deveria ser um canal de negociação permanente do governo com os diferentes setores do funcionalismo.

O que nos espanta não é a força e o vigor da greve que vimos em 2012, mas porque ela não ocorreu antes. De um lado, no caso de muitos setores do funcionalismo, vimos a boa vontade e a aceitação da tese governista que se estaria arrumando a casa através de uma macro política econômica combinada com uma reforma do Estado que, garantindo um suposto e mítico crescimento econômico sustentável, levaria na sequência a uma valorização do serviço público.

No entanto, a eficácia de tais medidas encontrou seu limite no agudizar da crise do capital e do desmoronar do sonho de um capitalismo regulado e sustentável. A crise cobra do governo a liberação do fundo público para salvar o capital e os funcionários públicos se veem diante de uma resposta que suas demandas serão novamente adiadas. Quando a economia cresce os funcionários tem que dar a sua cota de sacrifício para manter a política de superávits primários e estabilizar a economia para que ela continue crescendo, quando entra em crise tem que ser sacrificados para que a economia privada não caia tanto.

Com medo de estabelecer uma data base e os ajustes anuais, o governo operou com o calendário orçamentário, o que lhe permitiu negociar em sepa-

rado com os diferentes setores do funcionalismo, dividindo para reinar como os velhos romanos, e chantageando com as amarras orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este ano o tiro saiu pela culatra e o calendário orçamentário virou a data base unificada do funcionalismo. Puxados pela greve nacional dos professores universitários, os demais setores, inclusive organizados pelo sindicalismo governista, não tiveram outra forma de pressão que não a greve para enfrentar a intransigência do governo.

Diante do movimento legítimo dos funcionários o governo, ao contrário do que seria sensato, ou seja, negociar, resolveu manter a arrogância, não recebeu as entidades, de fato não negociou, o que foi decisivo para que algumas greves se mantivessem por tanto tempo. Os professores, por exemplo, entraram em greve em 17 de maio e só foram recebidos no dia 13 de julho para depois de duas rodadas de uma farsa de negociação o governo encerrar a farsa assinando um suposto acordo com uma entidade que com dificuldade dizia representar cinco das cinquenta e nove IFES em greve.

Como resolver este problema? Negociando com entidades realmente representativas, cedendo no que for possível, reconhecendo que a dimensão do movimento é proporcional à protelação e adiamento injustificável no atendimento das demandas que se acumularam? Não, o governo resolve enfrentar a questão da forma como os governos autoritários agem: cerceando o direito de greve!

A raiz de todo autoritarismo pode ser encontrada no medo que os governantes que representam interesses de uma minoria têm de seu povo. A verdadeira universalidade por trás destas medidas temerárias que se anunciam não pode ser

encontrada no recurso de evocar os abstratos "interesses da maioria da sociedade". Pelo contrário, trata-se de uma universalidade particularista tornada possível diante de uma suposta ameaça que vem daqueles que lutam e resistem na defesa de seus direitos.

No caso presente, o inimigo comum somos nós que lutamos, através dos meios democráticos conquistados - como o direito de greve - na defesa das demandas mais elementares como salários, condições de trabalho e carreira. Não é a defesa da sociedade, mas a garantia para que o governo a serviço do capital siga seu trabalho e que o capital tenha as condições de continuar acumulando, condições necessárias para restringir direitos, flexibilizar conquistas e precarizar a vida.

É preciso restringir o direito de greve para que o Brasil receba os eventos internacionais e seu mar de recursos para saciar a fome de lucro das grandes empreiteiras. Se o direito à moradia estiver no caminho, façamos como se tem feito nas remoções no Rio de Janeiro: removamos este obstáculo com retroescavadeiras acompanhadas por batalhões da polícia militar. Se o direito de propriedade estiver ameaçado, a justiça garante a remoção de milhares de famílias, como no Pinheirinho em São José dos Campos. É preciso remover obstáculos à ordem burguesa e seu afã de lucro - se no caminho estiverem alguns direitos, devem ser removidos.

Para defender a "sociedade", ataquemos a sociedade; para garantir a "democracia", vamos restringir a democracia. Não, estamos diante de algo muito mais simples de ser entendido: a lógica que beneficie uma parte bem pe-

continua na próxima página

continuação da
página anterior

MOVIMENTOS SOCIAIS

Andes-SN anuncia fim da greve na educação

quena da sociedade, a burguesia e seus negócios, se choca com os interesses diretos daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Para o bem da ordem os instrumentos da burguesia precisam ser glorificados e mantidos, como seu governo, enquanto os instrumentos dos trabalhadores precisam ser restringidos, como o direito de greve.

A formalidade democrática, cedo ou tarde, abre um paradoxo: ou os trabalhadores no exercício de direitos formais cobram a substancialidade de um novo patamar de direitos que digam respeito às suas reais demandas, ou o capital incomodado com tal possibilidade começa a cercar mesmo os direitos formais.

Mas os poderosos se enganam. Houve um tempo em que a greve, assim como a organização sindical, era ilegal no Brasil - e nós fizemos greves e conquistamos o direito de ter nossas organizações sindicais. Eles que tornem a greve ilegal, isso não nos intimidará, e nós faremos greves. Então que cassem nossas organizações e nós as reconstruiremos, contra a ordem e por cima das amarras das leis que tentarão em vão revestir nossos direitos.

Mauro Iasi é professor adjunto da Escola Estudos e Pesquisas Marxistas, do NEP 13 de Maio e membro do Comitê Central do PCB. É autor do livro *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência* (Boitempo, 2002)

(Adaptado) <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/09/06/lei-de-greve-para-o-funcionalismo-publico-o-ovo-da-serpente/>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Entre os dias 17 e 21/9, docentes das universidades federais do país que ainda estavam paralisadas terminaram com a greve, respeitando deliberação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes-SN). Após avaliação das assembleias organizadas em todas as seções regionais do sindicato pelo país, o Comando Nacional de Greve (CNG), ligado ao Andes e linha de frente do movimento grevista na educação e das

negociações com o Governo Federal, publicou nota oficial no dia 16/9 encaminhando o fim da paralisação, que durou pouco mais de quatro meses.

Segundo informações do Ministério da Educação, na maioria das universidades o ano letivo de 2012 deve terminar somente no primeiro semestre de 2013. O MEC também anunciou que quer reposição completa do calendário de aulas, atrasado em função da greve.

O movimento iniciado

em 17 de maio chegou a ter adesão de 57 das 59 universidades federais do país. Na maior parte das universidades, no entanto, os professores já haviam decidido voltar às atividades, após o Governo Federal dar por encerrada a rodada de negociações com o CNG e enviar à aprovação do congresso nacional o projeto de lei orçamentária para 2013, que prevê reajuste para os docentes de 15,8%, diluídos nos próximos três anos.

Em menos de um ano, favela do Moinho pega fogo pela segunda vez

Na manhã de segunda-feira, 17/9, mais uma favela pegou fogo em São Paulo, aumentando o já exorbitante número de comunidades incendiadas na capital e matando uma pessoa.

Agora foi a vez da favela do Moinho, que no final do ano passado teve uma área de aproximadamente 6.000 m², onde moravam cerca de 600 pessoas, destruída pelo fogo, que matou duas pessoas na ocasião.

Com o incêndio da semana passada, 80 barracos da favela do Moinho foram abaixo, deixando 300 pessoas desabrigadas e um óbito. Ao final da manhã, quando o corpo de bombeiros ainda trabalhava no local, houve um chamado do Jardim Helena, na zona leste, anunciando o incêndio de

outra comunidade, que foi controlado em poucas horas. Desde o início do ano, conforme dados oficiais do corpo de bombeiros, 69 favelas pegaram fogo em São Paulo.

Na maioria dos casos, as causas dos incêndios são arquivadas pelo poder público sem que se chegue a nenhuma definição, embora existam denúncias de movimentos sociais e moradores das favelas que afirmam haver intencionalidade criminoso por trás dos incêndios.

Após mais esse incêndio na capital, o prefeito Gilberto Kassab assumiu a necessidade de investigar à fundo a ação de agentes públicos e privados nas áreas afetadas pelo fogo em que há interesse imobiliário.

Professor colombiano sofre perseguição

A Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC) divulgou manifesto de solidariedade e apoio frente a situação que passa o professor Renán Vega Cantor, pesquisador e docente universitário colombiano, que há meses vem sendo perseguido em Bogotá e impelido a abandonar seu país de maneira forçada para exilar-se no exterior.

Destacado intelectual, crítico, historiador e economista, Renán Vega Cantor, além de renomado pesquisador, é um pensador engajado na luta pela emancipação do povo latino-americano e de todos os povos oprimidos.

Como outros pensadores colombianos, Renán é um exemplo de militância comprometida, aberta e honesta em um país que o exercício de pensamento crítico tem implicado repressão, perseguição e em muitos casos prisões.

A APROPUC repudia contundentemente estes feitos e se manifesta em defesa do colega colombiano, arbitrariamente perseguido por suas convicções acadêmicas e políticas.

ROLA NA RAMPA

Carlos Nelson Coutinho

Faleceu no dia 20/9 o filósofo marxista Carlos Nelson Coutinho, que também era professor de teoria política da UFRJ. Com diversos livros publicados, o professor é reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas do pensamento gramsciano, e por ter coordenado a edição das obras de Antônio Gramsci em português. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) publicou uma nota sobre a morte do professor, que reproduzimos em seguida: "Hoje, dia 20/9/2012, a humanidade sofreu uma

grande perda. É com imenso pesar que a ABEPSS comunica o falecimento de nosso querido mestre Carlos Nelson Coutinho. A contribuição deste mestre é inegável tanto para o Serviço Social como para sociedade brasileira. Quem teve a honra de conhecê-lo sabe que além de um grande intelectual, ele foi um grande amigo, um grande "brasileiro", na luta por uma sociedade sem exploração de classes. Lamentamos profundamente sua perda, mas contentamo-nos com a permanência do seu legado que continuará vivo! Sempre!"

PUC-SP recebe candidatos à eleição municipal

Candidatos de diversos partidos participaram, nas últimas semanas, de atividades na universidade referentes a suas campanhas para cargos de prefeito ou vereador de São Paulo. Gabriel Medina, candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), esteve na PUC-SP na quinta-feira, 20/9, para discutir com os estudantes suas propostas de campanha. Já

Carlos Giannazi, candidato a prefeito, e Givanildo Manoel, candidato a vereador, ambos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), vieram para a universidade na terça-feira, 18/9, com o mesmo objetivo. A atividade contou com uma transmissão direta de Plínio de Arruda Sampaio, candidato à Presidência pelo PSOL em 2010, demonstrando apoio aos candidatos.

Abertas as inscrições para o Programa para Lideranças

Funcionários administrativos já podem se inscrever na nova turma do Programa para Lideranças, voltado aos profissionais do quadro administrativo da PUC-SP (supervisores, lideranças, analista sênior ou pleno e/ou cargos afins, e que respondam ou participem de contratações, avaliações de desempenho e resultados de pessoas que compõem sua equipe de trabalho), a atividade pretende agregar conheci-

mentos teóricos e práticos no exercício do papel de liderança na Universidade, além de proporcionar integração e troca de experiências entre os participantes. Há 25 vagas na turma, e as inscrições irão até o dia 26/9, às 18h, no Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, da DRH. O edital pode ser conferido em http://www.pucsp.br/sites/default/files/pucsp/noticias/downloads/18-9_Liderancas.pdf.

Democratização da comunicação é tema de debate

Os professores Rodrigo Priolli, do departamento de Direito, e Hamilton Octavio de Souza, do departamento de Jornalismo, estão organizando para o dia 3/10, quarta-feira, entre 10h e 12h, o debate com o tema "O sistema de comunicação

social, a concentração da mídia e a luta pela democratização". O evento acontecerá no auditório 117-A, e debaterá a privatização dos sistemas de comunicação social e a luta pela democracia e pelo marco regulatório.

Professores recebem a carteirinha da APROPUC

Os professores associados à APROPUC receberão as carteirinhas da entidade até o final de setembro. As carteirinhas serão distribuídas nos escaninhos dos professores

e terão validade até 2014. Para mais informações sobre as carteirinhas, ligue para 11 3865-4914, ou vá até a sede da APROPUC, na Rua Bartira, 407.

Campus Ipiranga sedia colóquio sobre Teologia

O IV Colóquio Latino Americano de Literatura e Teologia acontecerá no campus Ipiranga entre os dias 1 e 3/10, com a participação de especialistas em teologia, religião e literatura de diversas universidades

brasileiras e também de diversas partes da América Latina e da Europa. A programação completa do colóquio pode ser conferida no site <http://www.pucsp.br/coloquioteolit/programacao.html>.

Ex-aluna discute conceitos familiares

A ex-aluna Marcia Neder, psicanalista que lançou recentemente o livro *Déspotas Mirins - O poder nas novas famílias*, virá do Rio de Janeiro para realizar um debate sobre "Conceitos Inovadores Familiares", que acontecerá depois da 5ª reunião de planejamento do 23º Encontro

de Ex-alunos da PUC-SP, na quarta-feira, 26/9, às 19h30, na sala T-39, no Prédio Velho. O 23º Encontro de Ex-alunos acontece dia 24/10 no TUCA. Para maiores informações, ligue para o Centro de ex-alunos em 3670-8287 e 3670-8419, ou mande email para exalunos@pucsp.br.

APGDireito lança informativo e revista acadêmica

A Associação de Pós-Graduandos em Direito lançou seu informativo *Ágora*, que traz notícias e eventos ligados ao departamento. A outra novidade é o lançamento da primeira edição da Revista Acadêmica de Direito da APGDireito, que

está aceitando artigos para publicação. Os artigos podem ser enviados até 15/10, para o e-mail apgdireitopucsp@gmail.com, e mais informações sobre os mesmos podem ser encontradas em www.apgdireitopucsp.com.br.